

ILUSTRÍSSIMO SENHOR DIRETOR PRESIDENTE DA CESAMA DE JUIZ DE FORA – MG

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Concorrência Pública: 001/18

EMPREENDEIMENTOS MM LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 18.734.954/0001-93, com endereço na Rua Paulo Afonso, 821, Bairro Santo Antônio, CEP.: 30.350-142, Belo Horizonte, Minas Gerais, vem, respeitosamente, representado pelo seu sócio-diretor IVAN LUIZ CARVALHO MENDES, tempestivamente, interpor:

| |
|-------------------------------|
| RECURSO ADMINISTRATIVO |
|-------------------------------|

contra a decisão proferida pelo ilustre Presidente que inabilitou, *data maxima venia*, indevidamente a Recorrente, consoante será demonstrado nas razões anexas, que o faz declinando os motivos de seu inconformismo no articulado a seguir.

I – DO EFEITO SUSPENSIVO

Inicialmente, requer sejam recebidas as presentes razões e encaminhadas à autoridade competente para sua apreciação e julgamento, em conformidade com o artigo 109, parágrafos 2º e 4º da Lei nº 8.666/1993, concedendo efeito suspensivo à inabilitação aqui impugnada até julgamento final na via administrativa.

Art. 109. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

(...)

§ 2º O recurso previsto nas alíneas "a" e "b" do inciso I deste artigo terá efeito suspensivo, podendo a autoridade competente, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir ao recurso interposto eficácia suspensiva aos demais recursos.

§ 4º O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

II – DOS FATOS – Ilegalidade do Ato

Atendendo à convocação do Órgão Licitante (CESAMA Juiz de Fora/MG) para o certame supramencionado, na modalidade Concorrência, destinada à **“Contratação de empresa para prestação de serviço de remodelação de redes do sistema de coleta / afastamento de esgoto sanitário e ramais de ligação em diversas ruas da cidade de Juiz de Fora – MG”**, veio à Recorrente dela participar, com outras licitantes, pelo que apresentou sua documentação e proposta, almejando ser adjudicada.

Após análise da documentação apresentada pela Empreendimentos MM LTDA., decidiu esta D. Comissão Permanente por inabilitar a Recorrente, sob a alegação de que o atestado apresentado não contemplam as exigências contidas no subitem c1 (item 6.1.5), afirmando que referido atestado deveria comprovar a **substituição ou remodelação de redes de esgoto**. Vejamos:



este que representa 50% do quantitativo previsto em planilha para todos os diâmetros de tubulação). **NÃO CONFORME:** O objeto do atestado não é substituição ou remodelação de redes de esgoto.

Ora, totalmente equivocada a razão da inabilitação.

Vejamos o objeto do atestado apresentado pela Empreendimentos MM LTDA.:

Contratante : COPASA/MG
 Local Da Obra/Servico : DIVERSAS RUAS DE CONTAGEM
 Proprietario : O MESMO
 Cidade : CONTAGEM - MG
 Atividade(s) Tecnica(s):
 2644 EXECUCAO DE OBRA/SERV.TECNICO / CIVIL
 Finalidade : 35400 SANEAMENTO
 Quantificacao : 0,00
 Valor Obra / Servico : R\$ 1.934.087,79
 Contrato/Honorarios : R\$ 0,00
 Tipo De Contrato : EMPREITADA
 Descricao Complementar: CRESCIMENTO VEGETATIVO E MANUTENCAO EM
 REDES E LIGACOES PREDIAIS DE ESGOTO EM
 CONTAGEM/MG

Descrição complementar: Crescimento vegetativo e manutenção em
 redes e ligações prediais de esgoto em
 Contagem/MG

Ou seja, a D. Comissão inabilitou a Recorrente apenas por uma
 questão de nomenclatura, uma vez que no edital é exigido atestado de
 SUBSTITUIÇÃO E REMODELAÇÃO, e no atestado apresentado consta
 CRESCIMENTO VEGETATIVO E MANUTENÇÃO.

Ora, independente da nomenclatura dada ao tipo de serviço, ambos
 tem a mesma natureza, onde são empregados os serviços de substituição,
 reestruturação, renovação, ampliação, etc.

Não pode a Comissão Permanente simplesmente inabilitar uma
 participante por uma questão de nomenclatura quanto ao nome dado aos serviços.

A exigência tem que se ater tão somente ao tipo de serviço
 constante no edital, não ao nome que cada região o define.

Na relação dos serviços executados no atestado apresentado pela
 Recorrente, consta o seguinte:

Assentamento de tubos, Fls. 04 do atestado:

| | | ASSENTAMENTOS | | |
|------|---------------|---|---|----------|
| 0580 | B.02.02.05.15 | ASSENTAMENTO DE TUBOS E CONEXOES PVC JE DN 100 | M | 191,40 |
| 0590 | B.02.02.05.25 | ASSENTAMENTO DE TUBOS E CONEXOES PVC JE DN 150 | M | 9.852,00 |
| 0600 | B.02.02.05.30 | ASSENTAMENTO DE TUBOS E CONEXOES PVC JE DN 200 | M | 6.885,50 |
| 0610 | B.02.02.05.35 | ASSENTAMENTO DE TUBOS E CONEXOES PVC JE DN 250 | M | 50,00 |
| 0620 | B.02.01.10.10 | ASSENTAMENTO DE MANILHAS E CONEXOES CERAMICAS, JUNTA ELASTIC A, DN 150 | M | 711,00 |



Substituição, Fls. 08 do atestado:

| | | | | |
|------|---------------|--|---|--------|
| | | MANUTENCAO EM RCE / LPE | | |
| | | SERVICOS OPERACIONAIS | | |
| 0110 | B.06.09.20.05 | MANUTENCAO EM REDE DE ESGOTO, S/ PAVIMENTO, C/ SUBSTITUICAO | U | 6,00 |
| | | TOTAL DO MATERIAL, COMPRIMENTO ATE 4,00 M - PROFUNDIDADE ACIMA D | | |
| | | A DE 3,00 M - RMBH | | |
| 0120 | B.06.09.20.06 | MANUTENCAO EM REDE DE ESGOTO, S/ PAVIMENTO, C/ SUBSTITUICAO | M | 50,83 |
| | | TOTAL DO MATERIAL, EXCEDENTE A 4,00 M - PROFUNDIDADE ACIMA D | | |
| | | E 3,00 M - RMBH | | |
| 0130 | B.06.09.20.10 | MANUTENCAO EM REDE DE ESGOTO, PASSEIO REVESTIDO, C/ SUBSTITUICAO | U | 23,00 |
| | | TOTAL DO MATERIAL, COMPRIMENTO ATE 4,0 M - PROFUNDIDADE | | |
| | | ATE 1,50 M - RMBH | | |
| 0140 | B.06.09.20.11 | MANUTENCAO EM REDE DE ESGOTO, PASSEIO REVESTIDO, C/ SUBSTITUICAO | M | 144,15 |
| | | TOTAL DO MATERIAL, EXCEDENTE A 4,00 M - PROFUNDIDADE AT | | |
| | | E 1,50 M - RMBH | | |

Assim, não há dúvidas de que o atestado da Recorrente cumpre perfeitamente com os serviços exigidos no edital, não importando se em Contagem-MG se dá o nome de MANUTENÇÃO e em JUIZ DE FORA se dá o nome de remodelação, os serviços são os mesmos, sendo a capacidade técnica da Empreendimentos MM LTDA., fielmente demonstrada.

Evidente que a capacidade técnica da Recorrente é compatível com os serviços objeto da licitação, e de forma alguma poderia ser inabilitada.

A decisão, ora combatida, não se mostra consentânea com as normas legais aplicáveis à espécie, como adiante ficará demonstrado.

III – DAS RAZÕES DA REFORMA

O acervo técnico apresentado pela Recorrente, refere-se a obra de Crescimento vegetativo e manutenção em redes e ligações prediais de esgoto em Contagem/MG, no qual são demonstrados todos os serviços ali executados, perfeitamente compatíveis com o objeto da presente licitação.

A exigência quanto a nomenclatura dos serviços, conforme tenta impor esta D. CPL, não condiz na legislação em espécie, tampouco com a jurisprudência predominante, senão vejamos:

Prevê o inciso XXI do Art. 37 da Constituição Federal que o procedimento licitatório “somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações”.

Art. 37 (...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os

concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

A Lei 8.666/93, por sua vez, indicou em seu art. 30 que podem ser exigidos atestados com o objetivo de comprovar a aptidão para desempenho de **atividade pertinente e compatível em características**, quantidades e prazos com o objeto da licitação, bem como a qualificação da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:
(...)

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

No mesmo sentido, é pacificada a jurisprudência:

“Deve-se ter em mente que este Tribunal tem precedentes no sentido de que a compatibilidade entre os serviços anteriores e o serviço licitado deve ser entendida como condição de similaridade e não de igualdade.”
Acórdão 1.140/2005-Plenário.

Toda a documentação específica que comprova o atendimento ao Edital foi anexada ao processo licitatório, demonstrando a capacidade técnica da Recorrente para execução das obras licitadas, não podendo esta D. CPL se apegar apenas à nomenclatura do objeto do atestado para determinar a inabilitação da licitante, de modo a contrariar os dispositivos legais acima relacionados.

Há que se destacar ainda, quanto ausência de análise por parte desta D. CPL, quanto a observância da descrição dos serviços executados pela Recorrente, contidos no atestado, que demonstram a total compatibilidade com os serviços objeto da licitação, ou, no caso, que houvesse a determinação de se diligenciar, quer seja à própria licitante, ou ao órgão onde foram prestados os

serviços descritos no atestado, conforme preceito do §3º, do Art. 43, da lei de licitações:

É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

Há que se destacar ainda, que a promoção de diligência é incentivada pela jurisprudência do Tribunal de Contas da União, como ocorrido no Acórdão 2159/2016 do Plenário que indicou caber ao pregoeiro o encaminhamento de “diligência às licitantes a fim de suprir lacuna quanto às informações constantes das propostas, medida simples que privilegia a obtenção da proposta mais vantajosa e evita a desclassificação indevida de propostas”.

Em diversas oportunidades, o TCU chega a indicar a obrigatoriedade da realização de diligências antes do estabelecimento do juízo pela desclassificação ou inabilitação do licitante:

É irregular a inabilitação de licitante em razão de ausência de informação exigida pelo edital, quando a documentação entregue contiver de maneira implícita o elemento supostamente faltante e a Administração não realizar a diligência prevista no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/93, por representar formalismo exagerado, com prejuízo à competitividade do certame. (Acórdão 1795/2015 – Plenário)

É irregular a desclassificação de empresa licitante por omissão de informação de pouca relevância sem que tenha sido feita a diligência facultada pelo § 3º do art. 43 da Lei nº 8.666/1993. (Acórdão 3615/2013 – Plenário).

Ao constatar incertezas sobre o cumprimento de disposições legais ou editalícias, especialmente dúvidas que envolvam critérios e atestados que objetivam comprovar a habilitação das empresas em disputa, o responsável pela condução do certame deve promover diligências para aclarar os fatos e confirmar o conteúdo dos documentos que servirão de base para a tomada de decisão da Administração (art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993). (Acórdão 3418/2014 – Plenário)

Portanto, a Recorrente poderia ter sido questionada quanto à compatibilidade do objeto do atestado com o objeto da obra licitada, e assim trazer maiores informação antes que lhe fosse determinada a punição máxima no processo

licitatório em epígrafe, merecendo assim, a acertada reforma da decisão de inabilitação.

IV – INTERPRETAÇÃO

À guisa de ilustração, submete-se à apreciação desta d. Comissão julgados extraídos do **Colendo STJ**, em que fica amplamente superada a exigência imprópria, irregular ou indevida, em detrimento do fim maior que é a seleção de uma proposta mais vantajosa para a Administração, o que só é possível mediante a participação de grande número de licitantes, senão vejamos:

"ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. HABILITAÇÃO. EXIGÊNCIA EXCESSIVA. O procedimento licitatório há de ser o mais abrangente possível, a fim de possibilitar o maior número possível de concorrentes, tudo a possibilitar a escolha da proposta mais vantajosa. Não deve ser afastado candidato do certame licitatório, por meros detalhes formais. No particular, o ato administrativo deve ser vinculado ao princípio da razoabilidade, afastando-se de produzir efeitos sem caráter substancial. Segurança Concedida." **(STJ - MS 5631/DF**, publicado no DJ em 17/08/1998).

Prelecionava o Prof. HELY LOPES MEIRELLES, acerca do OBJETIVO das Licitações:

"Licitação é o procedimento administrativo mediante o qual a Administração Pública seleciona a proposta mais vantajosa para o contrato de seu interesse. Como procedimento desenvolve-se através de uma sucessão ordenada de atos vinculantes para a Administração e para os licitantes, o que propicia igual oportunidade a todos os interessados e atua como fato de eficiência e moralidade nos negócios administrativos."

V – CONCLUSÃO

Em face do exposto, fundamentado nas razões precedentes aduzidas, requer o provimento do presente recurso, e pede a Recorrente que:

1. Seja **ANULADA A DECISÃO** em apreço, **que inabilitou** a Recorrente e, consequentemente, sendo considerado apto o atestado

apresentado, uma vez que compatível com o objeto dos serviços licitados;

2. Alternativamente, caso esta D. CPL não esteja convencida da compatibilidade entre o atestado fornecido pela Recorrente e o Objeto da Licitação, que se determine diligência de profissional capacitado para analisar a documentação e emitir parecer técnico quanto a divergência ora apresentada;
3. Que seja este recurso recebido no efeito suspensivo, determinando a suspensão da continuidade do certame licitatório, até o julgamento final do presente recurso.
4. Garantido a produção de todos os meios de prova admitidos em direito, especialmente, documental, pericial e testemunhal, se necessária.
5. Outrossim, requer que essa Comissão de Licitação reconsidere sua decisão e, na hipótese não esperada disso não ocorrer, faça este subir à AUTORIDADE SUPERIOR, em conformidade com os §§ 3º e 4º, do Art. 109, da Lei Nº 8.666/93, observando-se ainda o disposto no § 6º do mesmo artigo.

Nestes Termos.
Pede deferimento.

Belo Horizonte, 17 de Agosto de 2018.

EMPREENDIMENTOS MM LTDA.
pp Simone Maria Nader Campos
OAB/MG 65.948